

## A EMPATIA RACIONAL COMO POSTURA DE TRADUÇÃO<sup>1</sup>

Isabelle Collombat<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Université Sorbonne Nouvelle, École Supérieure d'Interprètes et de Traducteurs, Paris, França

Tradução de Maria Angélica Amancio<sup>2</sup>

<sup>2</sup>Université Sorbonne Nouvelle Paris 3, Paris, França

**Resumo:** Este artigo analisa o ato de traduzir, a partir da perspectiva da “empatia racional”. Tal empatia, como se explica por meio de conceitos como os de “personificação” e “Leitor Modelo” (Umberto Eco) deve se estabelecer, da parte do tradutor, em relação ao texto, ao autor, ao leitor e até mesmo ao editor. Embora a pesquisadora examine, sobretudo, a passagem do inglês para o francês (especialmente, o canadense), suas observações são válidas também para se refletir sobre a tradução do inglês para o português, bem como sobre questões comuns a todas as línguas, como a contraposição entre tradução literária e pragmática ou o papel da cultura geral e do código linguístico na prática da tradução.

**Palavras-chave:** Empatia racional; Postulado tradutivo; Personificação

## RATIONAL EMPATHY AS A POSTURE OF TRANSLATION

**Abstract:** This article analyzes the act of translating from the perspective of “rational empathy”. Such empathy, as explained by concepts such as “personification” and “Model Reader” (Umberto Eco), must be established on the part of the translator in relation to the text, the author, the reader

---

<sup>1</sup> Artigo publicado originalmente sob o título “L’empathie rationnelle comme posture de traduction”, na revista *Transcultural: A Journal of Translation and Cultural Studies*, University of Alberta (Canada), vol.1, nº3 (2010), pp. 56-70. Disponível em: < <https://journals.library.ualberta.ca/tc/index.php/TC/article/view/10053> > .



and even the editor. Although the researcher examines, above all, the passage from English to French (especially Canadian), her observations are also valid to reflect on the translation from English to Portuguese, as well as on issues common to all languages, such as contrast between literary and pragmatic translation or the role of general culture and the linguistic code in the practice of translation.

**Keywords:** Rational empathy; Translative postulate; Personification

Por vezes mais, por outras menos conscientemente, a posição do tradutor, entre o autor e o texto, foi frequentemente descrita como a de um imitador que se põe na pele de outra pessoa a fim de restituir sua obra com a maior fidelidade possível. O tradutor norte-americano Eliot Weinberger (60) chega a evocar a extrema abnegação do tradutor, cujo ofício consiste em desempenhar o papel do autor praticando uma absoluta “dissolução de si” (*“dissolution of the self”*), imagem que nos parece caracterizar – ao menos, parcialmente – o processo que tentaremos descrever aqui.

Se é possível nos estendermos sobre a ideia mesma de *incarner* (encarnar), é, ao contrário, mais complicado encontrarmos um consenso em relação ao termo francês capaz de descrever, de maneira precisa e satisfatória, essa “dissolução de si”. Em inglês, pode ser natural recorrer ao substantivo *impersonator*, que designa principalmente “*someone who impersonates another person*” (*Cambridge Advanced Learner’s Dictionary*), via onelook.com [página consultada em 28 de abril de 2010]; por outro lado, em francês, o termo às vezes utilizado de *personnificateur* (“personificador”) não é realmente atestado e, no Québec, o encontramos geralmente associado ao adjetivo feminino, sendo esse sintagma utilizado como equivalente de *drag-queen*.

Por outro lado, a noção de *personificação* é constantemente relacionada à do animismo em sua acepção tradicional, que consiste em emprestar, a objetos e animais, sentimentos e pensamentos humanos. *Personificação* pode também ser sinônimo de *arquétipo* (“Nero foi a personificação da crueldade” [*Le Nouveau Petit Robert 2010*]); essa acepção, ao nosso ver, vai ao encontro da noção de “dissolução de si” que buscamos apreender aqui, a fim de carac-

terizar o trabalho de ator desempenhado pelo tradutor. Além disso, as noções conexas às de *personificação* podem oferecer uma conotação negativa a esse processo. Assim, antes de tudo, a ideia de *imitação* é suscetível de evocar a imagem depreciativa de um tradutor-papagaio, que se limita a arremedar – ou até a macaquear – seu autor. Em seguida, *encarnar*, no sentido de “interpretar um personagem num espetáculo” (*Le Nouveau Petit Robert* 2010), voltaria a conceder primazia ao único ator no processo de tradução; por esse ponto de vista, o tradutor teria como único papel o de substituir o autor – o que, como veremos adiante, é muito limitativo para dar conta do processo de “dissolução de si”. Enfim, as noções de *personificação* ou de *encarnação* são estreitamente ligadas à de *alegoria*, que introduz um valor de interpretação simbólica que não deixa de evocar o conceito de *equivalência*: este ameaça, mais uma vez, semear a confusão no propósito que nos interessa aqui, ou seja, caracterizar a “dissolução de si” praticada pelo tradutor.

Assim, ao fim desta reflexão preliminar, a noção de *impersonation/personnification* (personificação) nos parece insuficiente – ou, em todo o caso, insatisfatória, ao menos em francês – para dar conta da noção que procuramos delimitar no presente artigo, seja por descrever apenas imperfeitamente a “dissolução de si”, seja por se concentrar apenas no autor, sendo que pensamos que o tradutor deve encarnar também o leitor. Nesse sentido, parece-nos oportuno nomear essa aptidão a se fundir com o autor e o leitor, de modo a dar conta, da melhor maneira, na língua de chegada, dos processos que estão em jogo no texto de partida – e considerando os numerosos parâmetros que os condicionam – empregando o termo *empatia*, definido como

percepção exata do quadro de referência interna de outra pessoa com os elementos emocionais e as significações relacionadas, como se fôssemos essa outra pessoa, sem se tratar de uma identificação com ela (*Termium*).

Dito de outra forma, a empatia seria uma espécie de “dissolução de si”, mas sem “esquecimento de si”.

## Rumo a uma empatia racional objetiva

A noção de empatia abrange com frequência conceitos afetivos e é constantemente associada, em psicologia social, a situações de face a face, em que a pessoa dotada de aptidões empáticas é sensível às expressões faciais e outras manifestações exteriores das emoções. Porém, alguns raros autores – principalmente o filósofo Benoît Hufschmit – utilizaram o termo complexo de *empatia racional* para caracterizar esse tipo de percepção do quadro de referência externa de uma pessoa, situado não nos planos afetivo e emocional, mas no racional; se a empatia emocional permite compreender o que *sente* o outro, a empatia racional permite entender o que ele *pensa*. A nuance nos parece crucial, pois determina a diferença essencial entre o subjetivo e o objetivo. De fato, a nosso ver, o tradutor do século XXI, profissional devidamente formado, não pode mais se permitir a defender a subjetividade e a sujeitar sua prática às emoções, como demonstra, por exemplo, o imperativo de objetividade mencionado no artigo 7 do *Code de deontologie de l'Ordre des traducteurs, terminologues et interprètes agréés du Québec* (código de deontologia da Ordem dos tradutores, terminólogos e intérpretes certificados do Quebec). Nessa perspectiva, a aprendizagem da objetividade é uma garantia fundamental da adaptabilidade do futuro tradutor no mercado de trabalho, e a iniciação à empatia racional nos parece um bom meio de alcançar esse objetivo de forma proativa.

Nossa premissa é de que o papel do tradutor se insere numa dada situação de comunicação global – com base em uma abordagem funcionalista especificada pela teoria do *skopos* (Vermeer 227-228) –, sendo que essa situação em si ocorre em um contexto particular e responde a um (ou vários) objetivo(s) específico(s). Nesse sentido, a estratégia de tradução será predeterminada e subordinada a esses parâmetros: aquilo que designamos anteriormente com o termo de “postulado tradutivo”, ou seja, o “processo que precede a tradução propriamente dita e que visa a estabelecer uma estratégia de tradução fundada no tipo de texto, em sua origem, seus destinatários e sua função” (Collombat d 48; Collombat b 08 e Collombat a 72).

Trata-se, então, de uma contextualização, ou mesmo de um condicionamento, que provoca o tradutor, a fim de analisar os índices de que dispõe sobre o texto e a situação de comunicação na qual este se incorpora, e isso de maneira a restituir na língua de chegada um texto que apresente uma equivalência funcional com o texto original. Compreendemos, assim, que o emissor (autor), os destinatários/alocutários (leitores) e o texto propriamente representam várias esferas naquelas se deverá efetuar a coleta de índices: em conformidade com nossas observações anteriores a respeito do lugar da literatura, lembremo-nos, aliás, que Reiss (45) coloca os “autores” (escritores, pesquisadores, filósofos) entre os “emissores”, dessacralizando, pela única escolha desse termo proveniente das teorias da comunicação, o autor como personagem a se *encarnar*. Aliás, seria sensato, sem dúvida, adicionar à lista de emissores os editores, que desempenham um papel determinante na esfera particular da tradução editorial, em que seu poder suplanta, de fato, o do próprio autor.

Se a empatia é, como mencionamos anteriormente, frequentemente associada a noções afetivas ou a contextos de relação de ajuda, ela está também presente nas ciências sociais, especialmente em etnologia e em antropologia. Nesse contexto particular, ela é associada à competência intercultural, campo cuja transposição à tarefa do tradutor apresenta um interesse inegável, pois ela permite afinar nossa abordagem da noção que buscamos compreender, senão definir. Assim, como explica Papadaniel (138),

a empatia não é um princípio unilateral de projeção de si ou de autoapagamento; ela é mais uma espécie de mediação que age entre si e os outros num contexto em que a relação com o outro não é espontânea e deve ser controlada.

Essa nuance reforça a noção de racionalidade evocada anteriormente – e também diminui a pertinência do princípio de “dissolução de si”, que, ao final, seria talvez a permanência de certa visão lírica da tradução literária.

Numa análise de vários estudos sobre a eficácia cultural, realizados junto a representantes de diferentes grupos profissionais em exercício em contexto internacional (voluntários do *Peace Corps*, homens de negócios, funcionários de assistência técnica, militares e religiosos), Marandon (80) apresenta um consenso sobre seis critérios de eficácia intercultural: empatia, respeito, interesse pela cultura local, flexibilidade, tolerância e competência técnica. Para fins de corroboração, ele cita um modelo testado de eficácia da comunicação intercultural fundado em sete critérios comportamentais: manifestação de respeito e interesse pelo outro, postura interativa, relativização dos conhecimentos, empatia, flexibilidade na tomada de papéis, habilidade interativa e tolerância da ambiguidade. Uma síntese desses dois esquemas revela certo número de critérios primordiais na atitude do tradutor, na forma de noções geralmente associadas ao cumprimento de sua missão:

- respeito, por exemplo, pelo texto de partida, pela intenção do autor ou do leitorado, que se pode associar, no caso do revisor bilíngue, à habilidade interativa e à tolerância da ambiguidade. De fato, admite-se geralmente que o tradutor seja com frequência perfeccionista, e os profissionais da revisão mencionam, nesse sentido, que o revisor deve ser mais pragmático, pois o tempo dedicado ao perfeccionismo vai de encontro dos imperativos do mercado;
- interesse pelo outro, que se traduz pela insaciável curiosidade intelectual que é parte integrante do potencial de partida do tradutor, como mencionam Bastin and Cormier (26);
- flexibilidade, que se pode aplicar à forma pela qual o tradutor pode navegar entre a norma e o uso, e privilegiar uma ou outra, segundo a natureza da encomenda, de acordo com o desejo do cliente (que tem, num contexto pragmático, geralmente primazia sobre o autor como tal) de implantar um uso – por exemplo, num contexto de “francisação” – ou de favorecer a comunicação;
- relativização dos conhecimentos, que pode ser traduzida

pela prática da “dúvida metódica” defendida por Delisle (124), dúvida que é parte integrante do método de trabalho do tradutor;

- empatia que, a nosso ver, se situa acima das anteriores, pois determina de que maneira o tradutor vai considerar a incum-bência em função dos parâmetros do postulado tradutivo;
- competência técnica, enfim, em virtude da qual o tradutor será experiente nos princípios da tradução, o que é um sinal da confiança depositada nele pelo autor da encomenda.

Nesse esquema aplicado à tradução, a competência técnica inde-pende das competências empáticas – ou seja, o conjunto das compe-tências inter-relacionais –, mas complementa estas últimas, formando com elas um todo indissociável para o cumprimento ideal da missão.

Os autores concordam geralmente em dizer que o tradutor é pro-velmente aquele que goza da visão mais fina, a mais profunda de um dado texto: “traduzir uma obra [...] é penetrar nela mais profundamente do que se pode fazer pela simples leitura” (Larbaud 69) – sem esquecer que “ler (já) é penetrar no mundo dos outros para apreender todas as circunstâncias, fundo e forma combinados” (Bastin and Cormier 28). De fato, a empatia racional está constantemente presente nas entrelinhas por trás de qualquer tentativa de definição da conduta do tradutor em relação à encomenda a ele confiada. E se, para Larbaud (68-70), o tradutor tem, antes de tudo, o prazer de escolher os textos que traduz, desfrutando, por isso mesmo, da sorte de possuí-los mais completamente, Bastin and Cormier (29), mais próximos da realidade contemporânea do ofício, recordam, ao contrário, que a “abordagem (do tradutor) será a de um cientista e não de um simples decodificador, um produtor de informações e não um simples consumidor”. Ademais, se o tradutor pode reagir ao texto cuja tradução lhe é confiada, por questão de objetividade, po-rém, “será necessário saber tomar distância em relação a si mesmo, a suas reações por vezes as mais íntimas” (Bastin and Cormier 28), e se ele deve “imiscuir-se no texto”, deverá, contudo, trazer “um olhar exterior sobre o que sente, compreende e experimenta” (Bastin

and Cormier 29). Toda ambiguidade está aí: o tradutor deve guardar certa intimidade com o texto a ser traduzido – essa proximidade deve ser provocada pela análise do texto e do paratexto, o que compreende a situação da comunicação –, mas, ao penetrar o texto, ele deve considerá-lo do exterior, esquecendo suas próprias reações, o que, paradoxalmente, significa que ele ter uma consciência aguda dessas reações, saber analisá-las e fazer com que não prejudiquem a objetividade que deve mostrar na determinação de seu postulado tradutivo e, logo, na execução da encomenda propriamente dita. É, ao final, a exata definição da empatia: compreender intimamente o outro sem negar a si mesmo. Essa nuance é fundamental, na medida em que a bagagem cognitiva do tradutor – que se pode simplesmente designar “cultura geral” – é essencial à atualização das instâncias discursivas.

### **Rumo a uma integração da tradução literária**

Voltemo-nos precisamente para uma problemática subjacente e, contudo, crucial: até hoje, a empatia em tradução é geralmente associada à tradução literária, como o fez, por exemplo, Françoise Wuilmart, que estabelece uma distinção muito clara entre os textos literários, segundo ela imbuídos de uma “alma inatingível” e em que a “marca dos mestres se encontra até nos mais ínfimos detalhes” (236), e os textos científicos e técnicos, que “pertencem ao discurso de intenção objetiva, analítica ou descritiva, e deixam, conseqüentemente, pouco espaço para a personalidade do autor” (236). Essa visão nos parece reducionista, por duas razões principais: em primeiro lugar – e os trabalhos de Umberto Eco anteriores à publicação do artigo de Françoise Wuilmart já haviam exposto amplamente esta questão, retomada, por exemplo, por Christine Klein-Lataud (31) –, o autor e o tradutor não são os únicos atores da produção textual. Com efeito, o leitor desempenha nisso também um papel atualmente reconhecido como fundamental, e o tradutor não pode mais se contentar com a encarnação exclusiva do autor. Em seguida, enquanto certo número de teóricos – Kaiser-



Cooke (137) e Wilss (46) – colocam a tradução antes de tudo como uma atividade de resolução de problemas, parece-nos dificilmente concebível que isso se dê sem busca de objetividade nem abordagem analítica. De fato, para Françoise Wuilmart (237), a “marca” de um autor se manifesta em suas escolhas lexicais, sintáticas ou estilísticas, ou até “entre as linhas”. Ora, parece que analisar os parâmetros linguísticos ou textuais (registro, conotações eventuais, estrutura das frases, lugar dos complementos, tropos etc.) depende da coleta de dados, e que os dados ocultos nas entrelinhas bem que poderiam ser encontrados no paratexto, por exemplo.

A visão lírica – e, constantemente, como tal, enganadora – da tradução literária que perdura ainda com grande frequência, a nosso ver, advém das próprias origens da tradução: por muito tempo, nossa prática ancestral se dividiu – ao menos, no mundo ocidental – entre textos sacros e textos literários, e, pouco a pouco, a redução dos primeiros levou a uma sacralização dos segundos. Mas hoje a profissionalização do ofício de tradutor, que caracterizou a segunda metade do século XX, se estendeu pela esfera literária: de fato, raros são os tradutores editoriais que têm o luxo de escolher a obra a ser traduzida, e o “Diga-me quem traduzes e te direi quem és”, de Larbaud (89), perde atualmente sua acuidade. Com efeito, por mais difícil que seja escutar, “uma fronteira abrupta separa os que podem tomar a iniciativa de propor a um editor a tradução de tal ou tal “clássico” (universitários e escritores, mais frequentemente) dos que recebem encomendas que nem sempre podem recusar” (Kalinowski 51). Essa divisão não gera apenas uma diferença de estatuto e de receitas; ela se revela também por meio de uma “segregação simbólica” entre as duas categorias de tradutores, e os tradutores em tempo integral – os editoriais, que não escolhem suas incumbências – se veem, com grande frequência, excluídos “do acesso ao mais nobre patrimônio literário” (Kalinowski 50). Conclui-se que a visão lírica da tradução literária evocada mais acima não corresponde, sem dúvida, à realidade de numerosos tradutores editoriais em tempo integral e, por acréscimo, ela repousa tacitamente na premissa de uma dicotomia entre a literatura geral

e as paraliteraturas – gozando a primeira de um prestígio cultural que raramente adquirem as segundas.

Nesse contexto, compreende-se o interesse pelo tradutor – no caso, literário –, de conseguir atingir a empatia racional indispensável ao cumprimento da tarefa sem necessariamente ter afinidades com o texto. Vê-se, aliás, que a tradução literária sai progressivamente de seu invólucro afetivo, como demonstram as abordagens polissistêmica e sociológica que surgiram ao longo dos últimos vinte anos e que tendem a integrar o texto literário num grande conjunto regido pelos princípios econômicos e culturais, notadamente. Nossa reflexão se situa nesse movimento e visa a integrar a tradução literária na prática tradutiva e não a posicioná-la à margem desta, considerando que represente uma especialização – marginal – entre as outras.

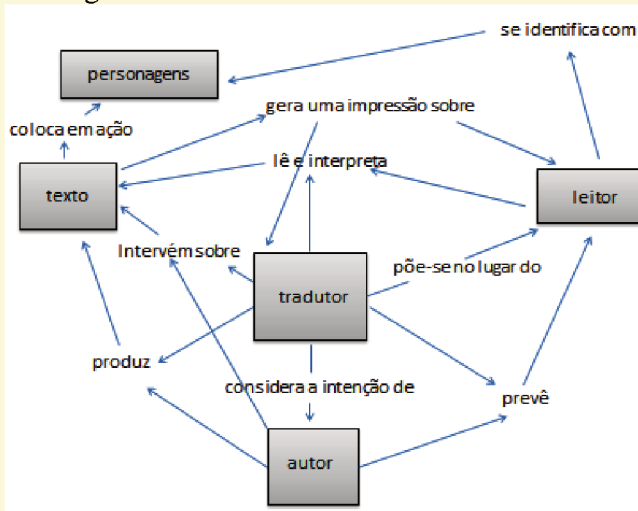
### **Uma empatia polimorfa**

Tanto em tradução literária quanto em tradução pragmática, é hoje quase desnecessário referir-se à coexistência de várias entidades situadas agora no mesmo plano hierárquico e contribuindo cada uma delas ao desempenho de uma transmissão. Assim, após séculos de uma exegese literária “tiranicamente centrada no autor, sua pessoa, sua história, seus gostos, suas paixões” (Barthes 62), a crítica se interessa pelo leitor e pelo texto ao menos na mesma medida em que pelo autor. Quanto ao tradutor, ele abandona sua transparência de obscuro maquinista para se expor aos holofotes – sequência lógica, segundo Klein-Lataud (32) da “valorização do leitor”. Estamos longe da autotélica finalidade da “arte pela arte”: o texto não existiria por si e, assim que lançado aos leitores, ele seria dotado de vida própria, emancipado do próprio autor. Em tradução pragmática, além de sua função, o texto é também sujeito a seu “público-alvo”, e é por essa razão que é também responsabilidade do revisor, que, “mais distanciado do texto do que o redator ou o tradutor, [...] se vê em melhor posição para desempenhar o

papel do destinatário” (Horguelin and Pharand 21). Vale destacar que um tradutor experiente sabe cultivar a aptidão ao recuo, que o torna apto a desempenhar, ele mesmo, esse papel.

Uma parte importante do postulado tradutivo é fundada no autor e, se este não tem claramente estipuladas suas intenções, é então permitido ao tradutor inferi-las em função de outros índices paratextuais, como o faria um leitor consciente dotado de uma sólida cultura geral – o que, em última análise, responde bem à definição de um “Tradutor Modelo”, para retomar e adaptar o termo de Eco.

Outra parte essencial do postulado tradutivo é elaborada em função do leitor “previsto” por um autor, um leitor “capaz de cooperar com a atualização do texto como [...] o autor o pensava e que seja capaz também de agir interpretativamente como ele agiu generativamente” (Eco 68), ou seja, o “Leitor Modelo”. Em suma, o tradutor deve recriar o Leitor Modelo em nome do autor e, para isso, exercerá sua empatia racional em relação tanto ao autor quanto ao leitor – sendo que este último pode experimentar, no caso dos textos literários, empatia pelos personagens, sobretudo pelo narrador –, segundo um esquema racional complexo que poderíamos ilustrar da seguinte maneira:



Aceitando uma leve distorção do conceito de empatia – este só se exercendo normalmente entre pessoas, reais ou fictícias –, poderíamos quase adiantar que o tradutor adota também uma postura empática a respeito do texto, do qual ele deve reproduzir a função e o estilo, além do conteúdo. Sendo assim, podemos imaginar que, em termos absolutos, a partir do momento em que será realizada a dupla condição empática em matéria de autor/emissor e de leitor/destinatário, a empatia com o texto decorrerá naturalmente dos dois primeiros. No limite, ela não existiria sem estes últimos, dos quais é a emanção, pois o texto em si é a emanção ao mesmo tempo da intenção do autor e da percepção do leitor – e a função do texto está compreendida, simultaneamente, na intenção e na percepção.

De fato, o tradutor recria uma situação de comunicação em sua totalidade, do emissor ao destinatário, passando pelo vetor; para esse fim, a postura empática é indispensável ao alcance de uma objetividade ideal na realização de sua missão, e dois parâmetros são, a nosso ver, sintomáticos desse processo: o papel da cultura geral do tradutor e, de forma subentendida, sua relação com sua própria bagagem cultural.

### **Cultura geral e empatia racional**

Como vimos, o tradutor deve encarnar alternadamente o autor, o leitor e, em certa medida, o texto. Ora, sua missão consiste em “fazer com que o que fora enunciado em uma língua natural o seja em outra, tendendo à equivalência semântica e expressiva dos dois enunciados” (*Le Nouveau Petit Robert* 2010): ao passar de uma língua à outra, ele passa, de fato, de um sistema cultural a outro, e a postura empática que deve adotar pressupõe um conhecimento aprofundado dos dois sistemas língua-cultura em questão. Em um artigo anterior, abordamos a questão do papel da cultura geral no processo de resolução de problemas de tradução (Collombat c): no momento da tradução, o tradutor deve mobilizar seus conhecimentos extralinguísticos para dar sentido

à sua própria produção textual; caso contrário, ele se concentrará exclusivamente na realização linguística desta última – os significantes – em detrimento da coerência semântica. Trata-se de um erro frequente dos tradutores iniciantes, que apresentam constantemente foco excessivo nas questões linguísticas e tendem a se confinar atrás dos dispositivos de segurança reconfortantes do decalque e da tradução literal.

Os conhecimentos extralinguísticos em questão pertencem à cultura geral, que definimos como uma combinação dos conhecimentos provenientes da experiência adquirida enquanto ser humano, graças a nossa interação com o nosso ambiente físico, e das que se originam de nossas interações no seio da sociedade em que evoluímos, sendo esta última culturalmente marcada (Collombat c 60). Essa bagagem cognitiva é, assim, dual: é atrelada tanto a nossa receptividade em relação ao mundo físico que nos rodeia quanto a nossa consciência cultural e societária. Para estar em condições de usar essa bagagem com discernimento, é essencial que esses conhecimentos sejam suficientemente afirmados para que possam ser mobilizados no momento da tradução, o que subentende, da parte do tradutor, um bom conhecimento de sua própria cultura, além de certa maturidade. É importante lembrar que a empatia não implica uma identificação com o outro: para que ele possa executar plenamente seu papel diferencial, é essencial que o tradutor tenha consciência de sua identidade e que esta seja suficientemente afirmada para que ele seja capaz de tomar distância em relação ao texto e, sobretudo, à percepção que tem dele.

A cultura geral, tal como a definimos, integra a noção de “competência enciclopédica” destacada por Eco (95-96) e que consiste em um “sistema complexo” instituído pelo leitor no processo interpretativo, com base no qual ele atualiza as estruturas discursivas ao confrontar o texto com seus próprios conhecimentos. Quando lê um texto, o tradutor é, antes de tudo, um leitor, e é por isso que seu primeiro reflexo consistirá geralmente em confrontar este à sua *própria* enciclopédia. Por outro lado, quando *traduz* um texto, ele deverá confrontar a atualização discursiva

deste à enciclopédia do Leitor Modelo previsto ou não pelo autor: nesse processo – que um tradutor experiente poderá realizar espontaneamente e mesmo já na primeira leitura –, ele deverá, então, ao mesmo tempo, reconhecer o que, em sua interpretação, é para ele estritamente pessoal, diferenciá-lo do que deveria dizer respeito ao Leitor Modelo e conjugar a enciclopédia deste último com a do autor, de modo a restituir o texto em sua totalidade semântica e munido de uma potencialidade interpretativa equivalente à do texto original.

### **O código linguístico**

Para ilustrar o processo que acabamos de descrever, evocaremos um problema concreto abordado por uma estudante de mestrado em tradução, que havia, muito oportunamente, formulado as premissas de seu postulado tradutivo, mas tropeçava, no momento da resolução da equação, no conflito entre norma e uso. O trecho que ela deveria traduzir provinha de um romance para adolescentes escrito por um autor canadense que desejava suscitar o gosto pela leitura nos jovens: a apropriação dessa intenção do autor – à qual, indiretamente, a tradutora aderira – representava a primeira manifestação da atitude empática sobre a qual se baseia o postulado tradutivo. Para deixar o texto atraente aos olhos do público-alvo, a tradutora se esforçava para se pôr na pele de um adolescente de quinze anos, o que ela fazia fosse adotando uma postura empática, fosse “testando” sua tradução junto aos próprios filhos – procedimento que consideramos uma variação da postura empática. Ora, em sua tradução, ela havia aplicado os princípios normativos que regem habitualmente a tradução pragmática, utilizando para isso ferramentas e referências de que ela aprendera a se servir durante o aprendizado da tradução. Ela tinha, então, evitado os anglicismos e as equivalências recusadas pelas referidas referências, mas os efeitos contraproducentes dessa abordagem aparecem-lhe claramente quando seu filho

confirmou que nenhum adolescente quebequense diria *appareil orthodontique* (“aparelho ortodôntico”) (termo recomendado), mas *broches* (“pinos” ou “braquetes”) (termo “a evitar”). Se, ocasionalmente, a utilização pertinente de um equivalente recomendado ou recomendável pode contribuir para sua implantação no uso – é o caso do cavalo de Troia ideológico que constitui o adjetivo *états-unien* (estadunidense), por exemplo –, tentar impor uma terminologia normativa numa obra destinada a despertar o interesse pela leitura em adolescentes gerará, com certeza, o efeito inverso: privado da possibilidade de se identificar com os personagens, função primordial da leitura infantojuvenil, o Leitor Modelo poderá não experimentar nenhum prazer em ler e, por fim, tomar aversão pela leitura. Assim, pela adoção de certo código linguístico funcionalmente inadaptado, mas que responde a cânones igualmente aceitos, o tradutor terá falhado em sua empreitada empática, tanto junto ao autor quanto ao leitor.

O exemplo acima abrange, mais particularmente, o registro de língua; a questão é talvez ainda mais crucial para os regionalismos e anglicismos que florescem no uso, mas que são condenados pelas obras normativas. É evidente que a escolha do código linguístico realizada pelo tradutor deverá responder aos imperativos do postulado tradutivo, este último prevalecendo sobre o decoro linguístico – o que não impede que, a exemplo de um Picasso que aprendeu a dominar as bases do desenho clássico antes de desconstruí-las, o aprendiz tradutor precise também fazer suas escalas e conhecer a fundo seu uso a fim de saber se libertar dele quando necessário. Nessa perspectiva, é fundamental que os iniciantes tenham consciência daquilo que, na atualização linguística de sua bagagem cognitiva, está inerente à sua própria cultura: dito de outro modo, eles deverão saber fazer malabarismos com a variação diatópica segundo as encomendas de tradução, esforçando-se sempre por adotar uma postura empática esclarecida e objetiva em relação aos leitores. Assim, ao traduzirem etiquetas destinadas a figurar em embalagens de *bleuets* (mirtilos) produzidos na Nova Escócia para serem exportados para a Europa fran-

cófona, eles deverão saber que, na Europa, o *bleuet* é uma flor e que o *blueberry* terá por equivalente *myrtille* ou *brimbelle*. Da mesma forma, por que se privar da potência evocadora de um “*bavard qui parle à travers son chapeau*” ou “*d’un chat qui sort du sac*”, se os destinatários da mensagem são aptos a decifrá-la? A questão não é saber quem tem razão de utilizar tal ou tal termo no lugar de outro, menos ainda estigmatizar um regionalismo por princípio: a empatia racional do tradutor deveria orientá-lo simplesmente para que saiba quando adotar tal código linguístico e por que, sem preconceito e sem se deixar levar por outros princípios além do intuito de cumprir sua missão com total objetividade e profissionalismo.

Além disso, optar por um paradigma empático, principalmente na formação dos tradutores, permite sensibilizar os iniciantes para a importância de seu papel, bem como ajudá-los a tomar consciência das aptidões essenciais a serem desenvolvidas ou adquiridas a fim de se obter o melhor desempenho. A postura empática possibilita também a liberação dos próprios aspectos linguísticos da tradução, que ainda tendem a obcecar – até a inibir – os novatos, sobretudo no início de sua formação: de fato, no Quebec e no Canadá francófono, o medo do anglicismo – estigmatizado como erro e não como fenômeno linguístico por um grande número de obras normativas – é frequentemente a árvore que esconde a floresta comunicacional. Nestas circunstâncias, considerados os aspectos “emotivos” vendidos pela própria noção de anglicismo, é necessário favorecer, no início da aprendizagem, a diferenciação das duas línguas em questão, a fim de melhor atender à comunicação multilíngue. Isso, porém, não deveria, a nosso ver, continuar sendo um fim em si, pois o pragmatismo só pode se combinar mal com um purismo desencarnado.



## Referências

Barthes, Roland. *Le bruissement de la langue: essais critiques IV*. Paris: Éditions du Seuil, 1984.

Bastin, Georges e Monique C. Cormier. *Profession: traducteur*. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2007.

Collombat, Isabelle (a). “Traduire ou ne pas traduire: Fleuve profond, sombre rivière de Marguerite Yourcenar”. *GRAI*, 6.4 (2003): 60-75.

Collombat, Isabelle (b). “Le XXI siècle: l'âge de la retraduction”. *Translations Studies in the New Millenium*, vol. 2 (2004): 1-15.

Collombat, Isabelle (c). “General Knowledge: a Basic Translation Problem Solving Tool”. *Translations Studies in the New Millenium* vol. 4 (2006): 59-66.

Collombat, Isabelle (d). “La didactique de l'erreur dans l'apprentissage de la traduction.”, dans *The Journal of Specialised Translation* Issue 12 - July (2009): 37-54. [en ligne]. <[http://www.jostrans.org/issue12/art\\_collombat.pdf](http://www.jostrans.org/issue12/art_collombat.pdf)>

Delisle, Jean. *La traduction raisonnée*. Ottawa: Les Presses de l'Université d'Ottawa, 2003.

Eco, Umberto. *Lector in fabula, Le rôle du lecteur dans la coopération interprétative*. Tradução de Myriem Bouzaher. Paris: Grasset, 1985.

Even-Zohar, Itamar. *Polysystem Theory*. Special issue of *Poetics Today*, 11.1, Spring, (1990).

Fukari, Alexandra. “Les maisons d'édition: freins ou moteurs du processus de traduction?”. Jean Peteers (dir.). *La traduction, de la théorie à la pratique et retour*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2005. 141-150.

Giasson, Jocelyne. *Les textes littéraires à l'école*. Boucherville (Québec): Gaëtan Morin Éditeur, 2000.

Gouanvic, Jean-Marc. *Sociologie de la traduction: la science-fiction américaine dans l'espace culturel français des années 1950*. Arras: Artois Presses Université, 1999.

Gouvernement du Québec. *Code de déontologie de l'Ordre des traducteurs, terminologues et interprètes agréés du Québec*. Disponível em: [http://www2.publicationsduquebec.gouv.qc.ca/dynamicSearch/telecharge.php?type=3&file=/C\\_26/C26R178\\_2\\_1.htm](http://www2.publicationsduquebec.gouv.qc.ca/dynamicSearch/telecharge.php?type=3&file=/C_26/C26R178_2_1.htm).

Horguelin, Paul e Michelle Pharand. *Pratique de la révision*. 4e édition revue et augmentée. Montréal: Linguatex, 2009.

Hufschmitt, Benoît. "L'inscription du sujet dans le texte de philosophie", *Semen*, 14, *Textes, Discours, Sujet*, 2002, [En ligne]. Disponível em: <http://semen.revues.org/index2521.html>.

Kaiser-cooke, Michèle. "Translatorial Expertise - A Cross-Cultural Phenomenon from an Interdisciplinary Perspective". Mary Snell-Horby *et al.* (dir.). *Translation Studies. An Interdiscipline*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1994: 135-139.

Kalinowski, Isabelle. "La vocation au travail de traduction". *Actes de la recherche en sciences sociales* 2.144 (2002): 47-54.

Klein-lataud, Christine. "Traduction et plaisir du texte", *Protée*, hiver 1997-1998. 31-38. Larbaud, Valéry. *Sous l'invocation de Saint Jérôme*. Paris: Gallimard, 1997.

*Le Nouveau Petit Robert. Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*. Édition électronique, nouvelle version du dictionnaire *Le Robert* de Paul Robert, texte remanié et amplifié sous la direction de Josette Rey-Debove e Alain Rey, 2010.

Marandon, Gérard. "Empathie et compétence interculturelle", Adam Kiss (dir.), *L'empathie et la rencontre interculturelle*. Paris: L'Harmattan, 2001.

Mossop, Brian. *Revising and Editing for Translators*. Manchester, UK, Northampton, MA: St. Jerome Publishing, 2001.

Papadaniel, Yannis. “Empathie des chercheurs, empathie des acteurs. Chassé-croisé méthodologique”. *Journal des anthropologues*, n° 114-115 (2008): 129-144.

Reiss, Katharina. *Problématiques de la traduction*. Tradução e notas de Catherine A. Bocquet. Paris: Économica, 2009.

Sapiro, Gisèle (dir.). *Translato: le marché de la traduction en France à l'heure de la mondialisation*. Paris: CNRS Éditions, 2008

Vermeer, Hans J. “Skopos and Commission in Translation Action”. Lawrence Venuti (ed.). Weinberger, Eliot. *Outside Stories 1987-1991*, New York: New Directions, 1992.

Wilss, Wolfram. *Knowledge and Skills in Translator Behavior*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1996.

Wuilmart, Françoise. “Le traducteur littéraire: un marieur empathique de cultures”. *Meta: journal des traducteurs/Meta: Translators' Journal* 35.1 (1990): 236-242.

Recebido em: 11/05/2019

Aceito em: 19/07/2019

Publicado em: Setembro de 2019

---

Maria Angélica Amancio. E-mail: gellyamanciowarm@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7590-6681>